

Higiene mental, eugenia e “elemento psychico” no trabalho humano: texto e contexto

Mental hygiene, eugenics and the psychic element in the human labor: text
and context

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO:

Publicado em 1925, o texto de Carlos Penafiel, que ora é apresentado e analisado, discute o problema da "influencia do elemento psychico no trabalho humano" do ponto de vista da Higiene Mental. A análise discursiva imbricou texto e contexto em perspectiva histórica e crítica, com ênfase nas estratégias de legitimação 'do' discurso e 'pelo' discurso. Contexto histórico, objeto, objetivos, referências teóricas, principais elementos conceituais, estratégias institucionais e fins sócio-políticos foram as principais categorias de análise. A especificidade do discurso, as suas condições sociais de produção e o projeto societário defendido pelo autor foram postos em evidência. A análise igualmente permite inferir permanências e transformações do sentido na ordem dos discursos contemporâneos em Psicologia Industrial e Organizacional.

Palavras-chave: psicologia e trabalho; história; higiene mental e eugenia no Brasil.

ABSTRACT:

Published in 1925, the Carlos Penafiel's text which is present here explores the relations between psychic element and human labor by the Mental Hygiene's view. Our article analyses the context in which the text has been written. In this way, the discourse was analyzed within a critical and historical perspective. My analytical procedure associated conceptual, historical and political dimensions. Historical context, subject, objectives, theory basis, conceptual elements, institutional strategies and social-political project were the main analytical categories. The study also explores how the author viewed the social reproduction of the industrial labor force and the permanency of this sense in the industrial psychology contemporary discourse.

Key-words: psychology and labor; history; mental hygiene and eugenics.

Introdução:

A precarização do trabalho é um dos sinais mais lúgubres e evidentes da crise estrutural do sistema capitalista. Some-se a isso o processo de consumo e destruição

ambiental inerente ao modo de produção da economia e um desgaste progressivo e evidente dos sentidos e significados humanos e sociais, e está posto um cenário de barbárie (MÉSZÁROS, 2003) que psicólogos e historiadores não podem se dar ao luxo de negar. Esse processo, todavia, tem história. E a história nos mostra o quão violento pode ser o obscurantismo conservador.

Diante do imperativo contemporâneo da produtividade e da sobrecarga de informações que nos chega pelos mais diversos meios de comunicação, faz-se necessário um grande esforço para não esquecer o que realmente importa. Lembrar, refletir, elaborar e enfrentar é preciso. Coletiva e urgentemente.

Para Hobsbawm (1995:13), “a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas - é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem”. Esse enunciado é uma motivação especial, sobretudo para o professor que, desgastado pelo trabalho dominado que atualmente tenta se impor nos meios universitários e quiçá iludido pelo véu de uma redundância que é tão somente aparente, por vezes se pergunta se está a se repetir. Porém, pode e deve o professor, como sujeito individual e coletivo, exigir e assumir, na práxis, a atividade docente essencial: a formação humana¹. O enunciado de Hobsbawm está a nos dizer que vale a pena pensar sobre o assunto e que, em função da história e do devir humano, nunca é tarde demais para ler, reler, elaborar; retomar o texto e ser retomado por ele. Parafraseando Heráclito, um homem nunca entra duas vezes no mesmo texto. Por que e para que se escreve? “Escreve-se sempre para dar a vida, para liberar a vida aí onde ela está aprisionada” (DELEUZE, 1992: 176).

A análise discursiva posta em prática neste trabalho articulou texto e contexto em perspectiva histórica e crítica, com ênfase nas estratégias de legitimação 'do' discurso e 'pelo' discurso (CARVALHO, 2001). Contexto histórico, objeto, objetivos, referências teóricas, principais elementos conceituais, estratégias institucionais e fins sócio-políticos foram as principais categorias de análise (CARVALHO e SANTOS, 2003). A especificidade do discurso, as suas condições sociais de produção e o projeto societário defendido pelo autor foram postos em evidência². Há uma inegável influência, do ponto de

vista do método, da arqueologia do saber e da genealogia do poder, de Michel Foucault, bem como de conceitos fundamentais que compõem o arcabouço teórico do materialismo dialético/histórico. Esse é um exemplo de aproximação de risco entre formações teóricas. Há autores que as colocam em campos opostos. Neste texto, ao contrário, Marx, Hobsbawm, Mészáros, Foucault, Deleuze e Guattari dialogam, na mente e nas teclas do autor, em encruzilhadas discursivas. Embora a questão possa parecer instigante, sobretudo para pensadores que recusam estereótipos teóricos, não é nosso propósito colocar em discussão, haja visto os limites deste texto, esse problema metodológico.

Um pouco de fonte, texto e contexto:

O primeiro artigo original dos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* (ABHM) a tratar especificamente de "a influencia do elemento psychico no trabalho humano" (PENAFIEL, 1925: 24), do ponto de vista da Higiene Mental³, intitula-se “O elemento psychico no trabalho humano: a Liga de Higiene Mental e os novos horizontes da Saude Publica”. Data de dezembro de 1925 e tem como autor Carlos Penafiel. Ex-Deputado Federal⁴ pelo Rio Grande do Sul, o médico psiquiatra se identificava como positivista, era professor catedrático de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e membro titular do Conselho Executivo e da “Secção de Serviços Sociaes e Legislação” da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM).

Trata-se de um texto emblemático, que propunha um método específico de abordagem da problemática e refletia com clareza seu viés ideológico. Naquela etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista⁵ no Brasil⁶, estava a se expandir um discurso que envolvia as idéias de “higiene mental” e “trabalho humano”. Para Ernani Lopes, era “das organizações de hygiene mental [que deveria partir] o exemplo da selecção profissional” (LOPES, 1925a: 179). Esse discurso, que defendia a idéia de "Hygiene Publica"⁷ como essencial ao "progresso" econômico e à "ordem" social, apresentava a "Hygiene Mental" como uma forma de conhecimento derivada da Higiene; porém mais avançada, sofisticada e elaborada.

Nessa época, o recrutamento, a seleção, o treinamento, a psicopatologia e a fisiologia convergiam na produção de um novo olhar sobre o indivíduo trabalhador⁸: “Esses trabalhos de Hercules, que realiza a machina na industria moderna (...) vieram a requerer

muito mais das qualidades cerebraes do operário do que de suas qualidades físicas - crearam, neste meio século ultimo, novos problemas medicos psycho-physicos que estão a desafiar a hygiene publica, ou mais especialmente a Hygiene Mental” (PENAFIEL, 1925: 11).

Ao final da I Guerra Mundial, o Brasil sentia o impacto de transformações profundas nas relações político-econômicas internacionais, de disputas no interior das próprias oligarquias dominantes e do crescimento do número de estabelecimentos industriais e conseqüente incremento da população urbana. O medo da "internacionalização" do regime comunista que a Revolução Russa deflagrou provocava, contraditória e dialeticamente, ações de resistência e "concessões" patronais à classe trabalhadora. No grupo de países menos desenvolvidos do ponto de vista industrial, as relações capitalistas se expandiam e a burguesia disputava participação efetiva no poder político (ALBUQUERQUE, 1986: 442). Nesse contexto, ganhavam novo vigor os ideais de ordem, progresso, nacionalismo e grandeza que embalavam o sonho republicano.

Durante a I Guerra Mundial (1914-1918) e imediatamente após, também surgiram movimentos de cunho nacionalista que enfatizavam a questão racial (desenvolvimento das forças nacionais e perspectivas de melhoria racial) e atribuíam às condições de saúde das populações papel relevante. No Brasil, esses movimentos se organizaram sob a forma de "Ligas", reunindo representantes da elite intelectual, econômica e política do país. Nesse projeto de construção de uma nova ordem nacional – na qual a concepção que via nas doenças um problema crucial para a construção da nacionalidade foi se tornando hegemônica –, a ciência e, sobretudo, a medicina desempenharam papel fundamental (LIMA e HOCHMAN, 1996).

A Liga Brasileira de Hygiene Mental foi fundada em 1923. De acordo com diversos autores (COSTA, 1976; ENGEL, 1993, 1995; REIS, 1994), a LBHM foi a instituição mais expressiva da psiquiatria eugenista e higienista. A Câmara dos Deputados, pelo Decreto nº 4778, de 27 de dezembro de 1923, reconheceu a LBHM como entidade de utilidade pública (CARVALHO, 1997). Dirigida por psiquiatras e composta de “elementos dos mais representativos da classe medica brasileira, de juristas, de educadores, jornalistas, etc.” (CALDAS, 1930: 71), tornou-se um núcleo de propaganda (“a favor da hygidez mental”) de um discurso de normalização da sociedade pela via eugênico-higienista. Era um

propósito estratégico da LBHM a "realização de um programma de Hygiene Mental e de Eugenetica no domínio das actividades individual, escolar, profissional e social" (LBHM, 1925b: 223). Durante cerca de duas décadas, a Liga impulsionou e disseminou um discurso que associava psiquiatria, psicologia e trabalho, bem como favoreceu a difusão da psicologia experimental no Brasil⁹ (CARVALHO, 1999).

Archivos Brasileiros de Hygiene Mental (ABHM) era o "órgão official da Liga Brasileira de Hygiene Mental". Reunia textos médicos ("artigos originaes", resenhas e análises), relatórios, atas e anais de reuniões, assembléias e congressos, e divulgava o pensamento dos maiores expoentes da Liga e da psiquiatria brasileira da época (CARVALHO, 2000). O editorial de outubro de 1929 era bem claro: "Os "Archivos" (...) têm uma grande e nobre missão a realizar: órgão de doutrina e de combate, elles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e frutificar os ideaes de hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programma d'aquella Instituição" (LBHM, 1929a).

No Brasil, o discurso da Higiene Mental se desenvolveu como estádio avançado da Higiene e articulava psiquiatria, psicologia e eugenia. Renato Kehl definia a eugenia como

sciencia da boa geração¹⁰ (...). Para a consecução de seus desígnios seleccionistas estabelece a seleção dos genitores (...). Destaca-se o que diz respeito à esterilisação dos individuos inaptos para as boas procreações, degenerados somato-psychicos (...) incluindo entre estes os leprosos, loucos, idiotas, epilepticos, cancerosos, nephriticos tuberculosos, prostitutas, vagabundos (...). A esterilisação dos degenerados e criminosos constitue uma das medidas complementares da politica eugenica, a qual estabelece, precipuamente, o exame de sanidade pré-nupcial, o impedimento à paternidade indigna, à procreação, em summa, de cacoplastas e desgraçados (KEHL, 1925: 70-71).

Segundo Farani, cirurgião do ambulatório Rivadavia da Colônia de Alienadas e membro da LBHM, "era justo que, obtida a prevenção das doenças communs, se procurasse evitar as mentaes. Justa aspiração, que deu origem á hygiene mental, dominadora hoje do conceito mundial" (FARANI, 1925: 40). Fontenelle assinalava que "considerando a importancia essencial da actividade psychica, profundamente entrelaçada no funcionamento a parte physica do organismo humano, a hygiene mental começou a surgir como cogitação especial" (FONTENELLE, 1925: 1).

A expressão "novos horizontes", no subtítulo do artigo de Penafiel, remetia a essa perspectiva de modernidade e progresso e reivindicava o lugar da LBHM como instituição

de referência (lugar de legitimidade e "verdade") para a produção desse discurso. A categoria "mental" significava, para os que tinham a "Higiene Mental" como referência discursiva, "ir além"¹¹.

Mais do texto e outros textos:

Logo em suas primeiras linhas já é possível tangenciar o eixo do discurso e a principal forma de abordagem da relação entre elemento psíquico e trabalho¹²: “o homem não trabalha, sinão muito raramente, como um motor physico na agitada e constante vida das fabricas: trabalha e operará cada vez mais como um aparelho psycho-physiologico” (PENAFIEL, 1925: 11). Cabe notar que os aspectos econômicos e políticos do processo de industrialização brasileiro, suas crises, contradições e transformações não constituíam objeto relevante para Penafiel. Ao contrário, eram minimizados ou mesmo ignorados em favor de um olhar voltado essencialmente para as “qualidades cerebraes” do operário e para técnicas que, em tese, permitiriam um controle eficaz da subjetividade do indivíduo trabalhador.

Segundo Penafiel, o “elemento psychico” deveria ser o objeto de estudo da higiene mental no mundo do trabalho. Partindo das observações de Münsterberg¹³, acentuava a importância desse conceito como elo de ligação entre as investigações psicológicas e o estudo dos fenômenos econômicos. O esgotamento das “energias nervosas ou physicas” do operário se configurava como problema somente na medida em que afetava a produtividade industrial.

O autor reconhecia que o esgotamento, as doenças e as mortes de operários poderiam estar ligadas a “officios insalubres” e a precárias condições materiais de existência (condições de vida). Todavia, deixava bem claro que isso não era objeto de interesse da Higiene Mental: quanto à fadiga e esgotamento das energias nervosas ou físicas do operário, devia-se centrar o estudo nas qualidades psíquicas do indivíduo. O processo e as relações de trabalho e suas implicações sobre a saúde/subjetividade dos operários não estavam em questão. A constatação das condições de vida e trabalho dos operários aparecia como elemento secundário diante do imperativo da produtividade. Afinal, para Penafiel, tratava-se de "collocar methodicamente a experiencia technica,

medico-psychologica, a serviço do Commercio e da Industria moderna" (PENAFIEL, 1925: 13).

Para se ater a esse objetivo, Penafiel operava um duplo deslocamento epistemológico: reduzia ao "dominio psychologico" as questões econômicas, políticas e sociais relativas ao processo de produção, ao mesmo tempo em que restringia o próprio "dominio psychologico" à esfera fechada do indivíduo¹⁴, do mundo privado: "A Liga de Hygiene Mental têm que deixar de lado a influencia exercida por habitações malsans ou uma nutrição insufficiente. E até no que concerne á fadiga que certos trabalhos causam principalmente ao systema nervoso (...) o papel daquela Liga deve cifrar-se (...) no estudo, sobretudo, do elemento psychico que envolve taes problemas" (PENAFIEL, 1925: 12).

Essa forma de abordar as relações entre trabalho e higiene mental era perfeitamente coerente com a forma institucional que, desde as duas primeiras décadas do século XX, caracterizava as políticas de saúde. Segundo Luz, constituía "a tendência progressiva (...) no Brasil como nas demais formações sociais capitalistas, à forma institucional de não se questionar o problema das condições globais de vida nestas formações" (LUZ, 1986: 55). O modo de produção capitalista (as condições em que se dá a produção social), pois, era considerado um dado apriorístico e inquestionável; esvaziado, pois, da sua dimensão histórica.

A questão principal seria, portanto, a partir do conhecimento preciso das "qualidades psychicas do indivíduo", como prover a melhor adaptação possível. Tratava-se de colocar o homem certo no lugar certo, ou melhor, de se criar "um lugar para cada homem e cada homem no seu lugar"¹⁵. O modo de trabalho de cada homem, o seu esforço dinâmico, a duração das pausas na sua "actividade" etc eram considerados apenas variáveis dependentes das qualidades psíquicas do indivíduo.

Seria competência da Liga, como propunha Penafiel, a organização de um sistema pericial que permitisse a "correta selecção" e classificação dos indivíduos de acordo com suas qualidades mentais, com vistas à maximização da produtividade e dos lucros, mas também à produção de um ambiente sem conflitos. O elemento psíquico "inadequado" poderia ser devidamente identificado (ou diagnosticado, pois se apresentaria como "sintoma"). As "boas" qualidades mentais, por outro lado, seriam não somente valorizadas, mas, sobretudo, prescritas, produzidas e reproduzidas (de acordo com as orientações

médico-pedagógicas e psicológicas). O programa de ação científica pautar-se-ia em três diretrizes básicas:

As tres diretrizes principaes dessa ordem de investigações devem relacionar-se, segundo as melhores autoridades no assumpto¹⁶, com as tres questões praticamente mais importantes para o homem de negócios e para o industrial em procura de bons colaboradores e operarios uteis: 1- Como conhecer as qualidades mentaes que fornecerão o melhor rendimento para os trabalhos a executar; 2- Que condições psychologicas asseguram o melhor e o mais considerável rendimento de trabalho; 3- Que meios educativos elevarão ao maximo as facultades de que a Industria e o Commercio têm necessidade (PENAFIEL, 1925: 13)¹⁷.

Baseando-se em Taylor¹⁸, acentuava a importância da determinação do “factor humano” na organização do trabalho, apontado como a variável mais importante entre todas as identificadas a partir de seus estudos sobre o trabalho nos tornos mecânicos. Embora reconhecesse a importância dessa investigação para o conhecimento do “factor psycho-physiologico no trabalho industrial”, argumentava que sua falha estaria justamente no privilégio dado à “psychologia geral do operário” em detrimento da “psychologia individual”. Note-se que, nesse ponto, o discurso de Penafiel conseguia ser mais privatista e individualista do que o próprio discurso taylorista. Mas o autor, apesar de reconhecer a importância do “administrador”, reclamava um lugar para sua categoria: “A selecção dos operários, pela determinação das suas aptidões, é também da alçada dos psychologos higienistas” (PENAFIEL, 1925: 20). Além do mais, a legitimidade científica de tal processo somente estaria garantida, segundo sua argumentação, a partir da intervenção médico-psicológica: “A organização do trabalho industrial só começou a entrar na vida scientifica depois que seu estudo foi, nos ultimos annos, abordado pela prática psychologica experimental” (PENAFIEL, 1925: 20).

Propunha, estrategicamente, por intermédio da LBHM, a criação de um “Instituto de psychologia experimental applicada a diversas perícias especiaes”, que teria um tríplice fim:

1^o) Servir á ordem e á justiça (policia preventiva e policia judiciaria); 2^o) Servir á educação da criança no lar e na escola, isto é, ao problema do desenvolvimento intellectual das crianças e dos adolescentes; 3^o) Servir á economia social ou á sciencia economica para que possa alargar o seu dominio e o futuro das capacidades individuaes sem que estas cessem, por isso, de ser sociaes na sua destinação (PENAFIEL, 1925: 17).

Os trabalhos realizados pelo instituto de psicologia experimental seriam de cunho pericial. “Provas de capacidade mental” determinariam as "aptidões" e viabilizariam uma “selecção conveniente”¹⁹. A "selecção conveniente", além de garantir a colocação do indivíduo no posto mais conveniente às suas aptidões “naturaes”, funcionava como um dispositivo de triagem médico-moral para isolar os indivíduos considerados nocivos à produtividade industrial.

Os indivíduos seriam avaliados a partir de uma "ficha individual psychologica". Essa ficha seria um instrumento de identificação e classificação, passível de utilização para quaisquer dos três fins. No entanto, como salienta o autor, não se poderia perder de vista que o objetivo principal do Instituto era atender às necessidades da produtividade industrial. Obter a melhor utilização possível da capacidade de trabalho de cada homem seria, por assim dizer, a menina dos olhos do programa de ação.

O estudo rigoroso dos numerosos componentes do “factor psycho-physiologico” do indivíduo-trabalhador asseguraria a perfeita associação entre os “typos intellectuaes (ou mentaes)” e os “typos de trabalho industrial”. O trabalho científico teria como produto imediato uma "especie de ficha 'intellectual' individual, fornecida pelo exame tecnico psychologico num Instituto idoneo²⁰, diferenciando entre si os indivíduos humanos pelas suas aptidões para tal ou qual trabalho, pela sua resistência à fadiga, pelos seus pendores e sua vocação” (PENAFIEL, 1925: 20).

Após discorrer sobre a questão do alcoolismo nos meios operários, o autor se dedica ao estudo da “fatigabilidade psychica e physica”. Apesar de reconhecer “que o capitalismo é implacável”, concentra sua argumentação na “falta de resistência individual”. A fadiga, que esgotaria as forças, levando ao “empobrecimento” da “energia potencial” na vida do operário e poderia ser de natureza física, moral ou intelectual²¹, constituía um importante problema de higiene pública e, mais especificamente, de higiene mental: “Na productividade industrial, sob o ponto de vista medico, ha a encarar: a producção e a fadiga. Este ultimo factor, importantissimo, do problema está bem ao alcance, por sua natureza, da Higiene mental” (PENAFIEL, 1925: 19).

A prevenção da fadiga dar-se-ia “pela conservação e a reparação das forças”. Os métodos propostos eram os de “reconforto physico” e de “reconforto psychico ou moral”, sendo o segundo pertencente ao domínio específico da Higiene Mental. É interessante notar

que o autor faz menção à “higiene mental ou moral” sem estabelecer diferença conceitual entre os termos 'moral' e 'mental'.

O autor salientava, no plano das estratégias institucionais, a importância das “regras”, que se dividiriam em "positivas" (“prescrições”) e "negativas" (“impedimentos, proibições”). Quanto às últimas, sustentava que “uma vez admitidas pela Liga Brasileira, devem ser seguramente precisas e imperativas, no seu conselho ao operariado ou aos poderes legislativos para serem convertidas em leis sociaes: 'Tu podes ir, no teu trabalho, até aqui, mas jámais além'" (PENAFIEL, 1925: 17). As regras positivas, ao contrário, seriam menos imperiosas, conquanto mais abrangentes; ou, nas palavras do autor, “devem ser largas, indulgentes, elasticas para se adaptar ás aptidões e ao temperamento de cada um” (PENAFIEL, 1925: 17). Note-se aí uma perspectiva tecnológica de poder que articula a dimensão repressiva (proibições) à dimensão produtiva (prescrições, conselhos, incentivos etc). Foucault enfatiza o caráter produtivo do poder, a dimensão de sua positividade:

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1990: 8).

Por meio de "Boletins e prospectos de propaganda", a LBHM se propunha a "diffundir nas camadas populares as normas de hygiene neuro-psychica já sancionadas pela unanimidade dos especialistas" (LBHM, 1925a). Para efeito de análise, o conceito de "produção de subjetividade" é uma ferramenta interpretativa à qual também se pode recorrer: de acordo com Guattari, a subjetividade é uma mercadoria essencial ao modo de produção do capital, fabricada e modelada no registro do social (GUATTARI, 1990). Todo esse processo visaria, em última análise, à produção de “indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão” (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 16).

Outro aspecto merece destaque em seu discurso: a referência recorrente à educação das crianças e a aspectos de “psychogénese” como fatores da “productividade do operário” refletia o ideal de modelação dos indivíduos com vistas à preparação de futuros trabalhadores fortes e dóceis. Para os "psychologos higienistas", a escola e a fábrica eram

lugares estratégicos: a meta de construção de uma sociedade "limpa" (forte e "pura")²² e de se "evitar que continúe sempre a avultar o numero de alienados nos asyls" (ROXO, 1925: 8) justificava a "missão" de vigiar cada indivíduo desde a mais tenra idade. Tratava-se de assunto que provocava a "verve" de parlamentar de Carlos Penafiel: "É chegada a hora decisiva dos medicos, dos psychologos, correrem em auxílio da engenharia e mecanica industrial, e, alem das fabricas, enveredarem tambem pelas escolas a dentro, qual novos prophetas a illuminar, a dirigir, o grande principio do treinamento psychico" (PENAFIEL, 1925: 21).

Foucault argumenta que, no final do século XIX, a psiquiatria "passou a ter uma possibilidade de ingerência indefinida nos comportamentos humanos (...) [propondo-se] a funcionar simplesmente como proteção da sociedade contra os perigos definitivos de que ela pode ser vítima de parte das pessoas que estão no estado anormal" (FOUCAULT, 2001: 402). No Brasil, foi por intermédio da Higiene Mental que a psiquiatria passou a reivindicar participação cada vez maior na vida social:

Ninguém pode dispensar seus valiosos serviços e não existe campo de atividade humana em que ela não possa penetrar. A sua esfera de ação alcança todos os lugares em que o homem se encontra (...) No lar, na escola, na fábrica, na caserna, no hospital, na igreja, nos subterrâneos, nos transportes aéreos, nos submarinos e nos cárceres, onde quer que se encontre um cérebro humano existe oportunidade para o seu emprego (LOPES, 1944: 69).

De acordo com Foucault, o investimento político sobre o corpo se relaciona a sua utilização econômica. Um corpo só se constitui como força de trabalho, na forma histórica da relação capital-trabalho, quando inserido em um sistema de sujeição: "o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso" (FOUCAULT, 1987: 28).

Desse ponto de vista, o ideal latino *mens sana in corpore sano* ganhava uma nova significação: mentes dóceis em corpos fortes; aptos ao trabalho e submissos à nova ordem. Insano (e impróprio) seria aquele que não se conformasse à condição de "aparelho psychophysiologicalo" a serviço da produtividade industrial. Faustino Esposel acreditava "piamente no effeito de um tal systema de formação moral como prophylactico das psycho-neuroses ou mesmo do nervosismo sem rotulo, de distúrbios elementares do systema nervoso, que fazem; distúrbios esses que podem gerar paixões, crimes, idéas extremistas,

reinvidicadoras ou revolucionárias" (ESPOSEL, 1925: 105). Oscar de Souza, professor de Fisiologia da Faculdade de Medicina, em conferência realizada na LBHM, assinalava o valor do trabalho como terapêutica e como profilaxia das doenças nervosas funcionais e defendia que "a felicidade da vida é o trabalho livremente aceito como um dever" (LBHM, 1929b: 108). Ernani Lopes, em conferência pronunciada na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, dava exemplos de pessoas "seguidoras de excelente hygiene mental": "burguezes prosperos, burocratas mesurados, operarios morigerados e desambiciosos, mães de familia entregues ás lides do lar domestico, enfim, para resumir, uma serie inteira de pessoas de vida simples e de vocação não contrariada - que se póde afirmar seguirem intuitivamente uma correcta hygiene mental" (LOPES, 1925b: 152).

Também vale a pena transcrever a classificação dos "tipos de operarios", de Stocker, presente em *L'hygiène mentale d'ouvrier*, um dos livros de cabeceira dos neurohigienistas brasileiros: "a) o typo feliz, perfeitamente ajustado ao meio e com excelente capacidade de trabalho; b) o typo "medio", cujas deficiencias adaptativas se traduzem por inquietação e sentimento de infelicidade; c) o typo "claudicante" ou falho, que acaba pela doença, ou pela rebeldia" (LOPES, 1930: 257).

Foi, pois, nessa perspectiva e com esse compromisso de classe que Penafiel construiu seu discurso sobre a importância do elemento psíquico no trabalho humano.

Alguns comentários conclusivos:

Pode-se dizer que o texto de Carlos Penafiel expressava os ideais eugênicos e higienistas que moviam a LBHM. Seu discurso ajudou a fortalecer e difundir os princípios da instituição, abriu caminho para uma vasta produção de discurso sobre o que se chamou de "elemento psíquico no trabalho humano" e representou um ideal de política pública, de ordenação social e de organização do mundo do trabalho – uma ideologia de classe, portanto.

O discurso "pioneiro" de Penafiel nos ABHM representava o discurso de uma elite intelectual que se colocava a serviço das forças do capital. O "elemento psíquico" no trabalho humano era o objeto de investigação, objeto que se apresentava como dado *a priori* e de dimensão individual. O trabalho era pensado como categoria absoluta, alienada de sua dimensão histórica, contingente. Ou seja, o autor não fazia distinção entre as formas

ontológica e histórica do trabalho humano (MARX, 1982; MÉSZÁROS, 2006). Como estratégia discursiva (política), negava um processo histórico evidente: a luta de classes.

Seus objetivos eram claros: recrutar, selecionar, orientar, treinar e adestrar o trabalhador. O arsenal teórico-técnico da Psicologia e da Psiquiatria era investido no incremento da produtividade industrial. Tratava-se de prevenir e resolver as “desadaptações” humanas ao trabalho e de garantir a suavização e a dissimulação das coerções embutidas nas formas de gerenciar e estruturar a organização do trabalho. Dessa forma, a 'saúde mental' era reconhecida apenas como parte dos insumos necessários ao sucesso da produção e da acumulação capitalista. As finalidades sociais, portanto, eram a produção, reprodução e controle da força de trabalho e a atenuação dos conflitos sociais que se apresentavam em função da mobilização e organização dos trabalhadores contra as más condições de vida e trabalho. Colocando-se a serviço da "Ordem Pública e da Justiça", do sistema educacional e do “moderno” meio empresarial, a LBHM reivindicava seu lugar no processo de controle da reprodução do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2003).

No âmbito da Psicologia ou da Psicologia do Trabalho, atualmente, será muito difícil encontrar quem faça a defesa explícita de ideais eugênicos. O mesmo não se pode dizer sobre o discurso político e as falas e fatos da vida cotidiana, pois há um incômodo recrudescimento do racismo²³, da xenofobia, da homofobia e da extrema-direita, apesar dos movimentos de resistência, os de afirmação e os anti-sistêmicos.

Quanto ao compromisso ético-político de classe e sua manifestação, é notório que há, no âmbito mais geral do que se convencionou chamar atualmente de Psicologia do Trabalho, discursos distintos: uns definem claramente a opção de classe e se colocam a serviço da classe trabalhadora ou dos interesses capitalistas; outros pleiteiam uma neutralidade impossível no universo das relações Capital-Trabalho e acabam por produzir discursos escorregadios, de tom individualizante, que tendem a esvaziar a dimensão da história e a escamotear a dimensão da política, tal qual se observa no texto. O texto de Penafiel, contudo, é representativo de uma época em que os homens de ciência que estavam a serviço das forças do Capital não escondiam suas opções ideológicas, de classe social e seus projetos de sociedade. Ao contrário de um grande número de textos contemporâneos em Psicologia Industrial e Organizacional, ao menos tem o mérito de não ser "camaleônico" (CARVALHO E SANTOS, 2003: 388).

Leitores familiarizados com discursos e práticas hegemônicos no mundo da psicologia do trabalho reconhecerão no texto de Carlos Penafiel alguns conceitos "familiares". Que essa análise sucinta possa ajudá-los a construir (ou referendar) uma consciência crítica. Para os que entram agora ou pretendem ingressar naquele campo de atuação do psicólogo, que provoque, ao menos, perplexidade diante da genealogia que se escancara e incentive a realização de novos estudos.

Referências

Fontes primárias

- CALDAS, Mirandolino. A euphrenia - sciencia da bôa cerebração. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. V, nº 2, 1932.
- CALDAS, Mirandolino. A Hygiene Mental no Brasil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. III, nº 3, 1930.
- ESPOSEL, Faustino. Idéas geraes. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Vol. I, nº 1, 1925.
- FARANI, Alberto. Cirurgia e Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. I, nº 2, 1925.
- FONTENELLE, J. P. Hygiene Mental e Educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. I, nº 1, 1925.
- KEHL, Renato. A esterilização dos grandes degenerados e criminosos. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. I, nº 2, 1925.
- LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL. Campanha Pro-Hygiene Mental: a mais relevante de todas as obras medico-sociaes em nosso paiz, *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. VII, nº 1, 1934.
- LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL, Editorial. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. II, nº 2, 1929a.
- LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL, Actas e Trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. II, nº 2, 1929b.
- LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL. Editorial. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. I, nº 1, 1925a.
- LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL. Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. I, nº 1, 1925b.
- LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL. A contribuição de Hygiene Mental no 2º Congresso Brasileiro de Hygiene. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, vol. I, nº 1, 1925c.

- LOPES, Carlos Augusto. Introdução ao estudo da Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, vol. XV, nº 1, 1944.
- LOPES, Ernani. Os meios de acção na campanha pela Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, vol. I, nº 2, 1925a.
- LOPES, Ernani. Resenha de "Prophylaxia Mental". *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, vol. I, nº 1, 1925b.
- LOPES, Ernani. Resenha de "A higiene mental do operario". *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, vol. III, nº 7, 1930.
- PENAFIEL, Carlos. O elemento psychico no trabalho humano: a Liga Brasileira de Higiene Mental e os novos horizontes da Higiene Publica. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, vol. I, nº 2, 1925.
- ROXO, Henrique. Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, vol. I, nº 2, 1925.

Referências teóricas

- ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de. *Pequena História da formação social brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de e SANTOS, Elizabeth Moreira dos. "A Psicologia Industrial e Organizacional: um exemplo de sofisticação discursiva". Em JACÓ-VILELA, Ana Maria; CEREZZO, Antônio Carlos e RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (orgs.). *Clio-Psyché: Paradigmas: Historiografia, Psicologia, Subjetividades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2003.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 1, n. 1, 2001.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. "Para a compreensão do processo de produção discursiva da higiene mental do trabalho no Brasil: algumas notas metodológicas". Em: AMARANTE, Paulo (org.). *A loucura na (da) história*. Rio de Janeiro: LAPS/ENSP/FIOCRUZ, 2000.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. Trabalho e Higiene Mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. VI, nº 1, 1999.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. *O elemento psychico no trabalho humano: a Liga Brasileira de Higiene Mental e o processo de produção discursiva do campo Trabalho e Higiene Mental no Brasil entre 1925 e 1934*. Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), Rio de Janeiro, 1997.
- COSTA, Ana Maria da. *O apostolado positivista e o castilhismo na construção do Direito do Trabalho no Brasil*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica/PUC, Rio Grande do Sul, 2006.

- COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ENGEL, Magali. *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830-1939)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. "Verdade e poder". Em: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Companhia das Letras, 1998.
- JUNIOR, Eduardo e FERTIG, André. A oposição federalista na Assembleia dos Representantes: análise de algumas lideranças políticas. *Revista Historiador*, vol. 2, nº 2, 2009 (<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/doi/eduardo.pdf>, acessado em 20/08/10).
- LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República". Em: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Livro I, vol. I. São Paulo: DIFEL, 1982.
- LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MENDES, René & DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, vol. 25, nº 5, 1991.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987 (35ª edição).
- REIS, Jose Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de "Regeneração Nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1994.

SANTOS, Adenilson Mendes dos. *A política trabalhista como proposta conciliadora dos conflitos entre trabalho e capital (1930-1945)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Florestan Fernandes e a educação. *Estudos Avançados*, vol. 10, nº 26, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Edith. *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ. 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Alexandre Magno Teixeira de Carvalho

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, CCBS, IB, Departamento de Saúde Coletiva.

E-mail: alexandrekarvalho@unirio.br

¹ Saviani (1996: 72), em texto sobre a importância de Florestan Fernandes para o desenvolvimento da educação em nosso país, levanta o problema epistemológico da relação aparência-essência: "O professor é, antes de tudo, um educador, isto é, formador de homens. Esta verdade simples que está na raiz da atividade docente [essência] tendeu, porém, a cair no esquecimento em benefício do aspecto mais visível [aparência] da função docente que passou a ser entendido como a forma mesma do próprio ser do professor. (...) Daí, a separação entre instrução e educação e o conseqüente entendimento de que a tarefa da escola se limitava à instrução".

² Os leitores mais afeitos ao debate teórico talvez encontrem nesses dois últimos textos citados uma melhor compreensão da proposta metodológica do autor.

³ O discurso da Higiene Mental nasceu nos Estados Unidos da América, em 1908, quando, segundo Mirandolino Caldas, “se fundou, em Connecticut, sob a inspiração de Clifford Beers, a primeira sociedade destinada especialmente a tratar da prophylaxia das doenças mentaes e a prégar a necessidade de higienização do espirito” (CALDAS, 1930: 69). No Brasil, Caldas (1930) destacava o papel pioneiro e decisivo de Juliano Moreira, Ernani Lopes e Gustavo Riedel (primeiro presidente da LBHM). Além destes, Henrique Roxo, Plínio Olinto, Mauricio de Medeiros, Afranio Peixoto e Faustino Esposel eram apontados como grandes dirigentes das primeiras campanhas em favor da “prophylaxia mental”. Afranio Peixoto, Medeiros e Carlos Penafiel eram especialmente citados por suas atuações na Câmara Federal.

⁴ Na Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, no final da década de 1910, Penafiel era representante do castilhismo. Pertencia, pois, à vertente gaúcha do positivismo político, considerada autoritária e conservadora (COSTA, 2006; JUNIOR E FERTIG, 2009). Na Câmara dos Deputados (1921-1923), segundo Santos (2009), Carlos Penafiel fazia parte do bloco de deputados gaúchos que reagiam à regulamentação do trabalho pelo Estado e "defendiam a inconstitucionalidade de uma legislação trabalhista". Para eles, a nossa indústria ainda era incipiente e não tinha condições de absorver uma legislação social. Uma legislação trabalhista, "ao contrário de promover a paz e a ordem, poderia causar mais conflitos, já que os trabalhadores teriam em seu favor um conjunto de leis garantindo seus direitos" (SANTOS, 2009: 27-28).

⁵ Está-se de acordo com Hobsbawm (1998: 133) quando defende que “os fatores não econômicos não podem ser divorciados dos fatores econômicos (...) separá-los é abandonar a análise histórica”.

⁶ Na visão de Caio Prado Jr., o Brasil estaria na quarta década da "República Burguesa" (1889-1930), período no qual o nível das forças produtivas estava em franca expansão, mantido, porém, o "sistema colonial da economia brasileira": "mas, ao mesmo tempo que se ampliavam as forças produtivas do país e se reforçava o seu sistema econômico, acentuavam-se os fatores que lhe comprometiam a estabilidade (...) e tornavam o

sistema essencialmente frágil e vulnerável" (PRADO JR, 1987: 211). Esse período se caracterizou pela "ação progressiva dos interesses financeiros internacionais alastrando-se e se infiltrando ativamente em todos os setores fundamentais da economia brasileira, até colocá-la inteiramente a seu serviço" (PRADO JR, 1987: 210). Desse ponto de vista histórico, o Brasil ocupava o lugar de "semicolônia (...) no círculo internacional do imperialismo financeiro" (PRADO JR, 1987: 224). Prado Jr também assinala que no decênio que se segue à I Guerra Mundial, sobretudo no período que vai de 1924 a 1930, muitas indústrias brasileiras fracassam ou se mantêm num baixo patamar de lucratividade. É nesse momento, todavia, que vai se tornando patente "a incompatibilidade substancial entre o novo ritmo de existência e progresso material atingido pelo país, e sua modesta categoria de mero produtor de um punhado de matérias-primas destinadas ao comércio internacional" (PRADO JR, 1987: 287).

⁷ Fontenelle definia a higiene pública como forma de atividade social baseada na utilização das ciências físicas e biológicas, o que implicava um "trabalho constructor de natureza nimiamente activa, muito além da simples passividade da defesa contra a doença" (FONTENELLE, 1925: 1).

⁸ Cabe assinalar que esse discurso encontrou terreno no horizonte teórico-ideológico já traçado pela Medicina do Trabalho. Segundo Mendes & Dias (1991), a medicina do trabalho é uma especialidade médica que surgiu na Inglaterra, na primeira metade do século XIX. Afrânio Peixoto é considerado por alguns autores o pioneiro da medicina do trabalho no Brasil (destaque para seus trabalhos sobre acidentes do trabalho e medicina legal, na década de 1910). Nessa especialidade, marcada pelo investimento médico sobre o trabalhador, seu corpo e sua saúde, a compreensão do processo saúde-doença se constrói sobre categorias a-históricas, pontuais, de cunho funcional-mecanicista, sobre (e com) as quais é possível exercer um controle razoavelmente eficaz. Tendo como base o método clínico de investigação e desconsiderando a historicidade e a complexidade que marcam as relações saúde e trabalho, estabeleceu-se um discurso de 'verdade' que postula o adoecimento, os acidentes ou a morte do trabalhador como entidades ou acontecimentos da ordem da natureza individual, do infortúnio, da inadaptação ou da negligência.

⁹ Uma nota histórica: "O Sr. Prof. W. Radecki, psicologista polaco, [foi] contratado pela Fundação Gaffrée-Guinle para orientar a parte psicológica dos estudos sobre neuro-syphilis e pela Liga Brasileira de Higiene Mental para dirigente da parte técnica de psicologia experimental, nos vários domínios em que esta se faça necessária. O Prof. Radecki (...) [acentuou] quão proveitosa seria a formação, no Brasil, de psicólogos profissionais, cujos serviços iriam ter imediata aplicação nas actividades pedagógica, industrial, militar, forense, etc" (LBHM, 1925c: 201). O laboratório de psicologia da Liga esteve praticamente desativado desde 1928, devido a cortes nas subvenções federal e municipal (CARVALHO, 1997). Porém, "em junho de 1932, firmou a Liga um contrato com o então Director Geral da Assistencia Municipal, Dr. Waldemar Schiller, pelo qual foi concedida á instituição uma subvenção de 35:000\$000 [trinta e cinco contos de réis] ; sendo posto a seu dispôr um prédio municipal para o funcçionamento dos seus serviços, e destacada para trabalhar no laboratorio de psychologia da Liga, competente funcçionaria da Directoria da Assistencia Municipal" (LBHM, 1934: 69). Essa funcionária seria Maria Brasília Leme Lopes.

¹⁰ Mirandolino Caldas sugeria o termo "euphrenia" como expressão genérica da "eugenia psíquica". A disciplina dividir-se-ia em "euphrenia genealógica", ou "estudo das linhagens (*pedegrees*) psiquiátricas e psicológicas", e "euphrenia medico-pedagógica", mais voltada à formação da "bôa cerebração" (CALDAS, 1932: 32).

¹¹ Para alguns higienistas da época, no entanto, pensar o "mental" era um luxo ao qual a Higiene Pública não poderia se dar. Amaury Medeiros, no discurso inaugural do Segundo Congresso Brasileiro de Higiene, em 1924, dizia: "Nós já estamos no início de uma quarta phase, em que nos voltamos para as causa econômicas, sociaes e mentaes, nas suas relações com a saude (...) (Mas), é evidente que é preciso saber bem distinguir as cousas e não ter a illusão de que devemos organizar a todo transe, um custoso aparelhamento de hygiene mental (...) quando estamos fartos de saber que a maioria das nossas cidades bebe água impura, não tem esgottos, e ainda vê morrer gente, de prophylaxia facil como a variola" (LUZ, 1982:180).

¹² Cabe notar que os aspectos econômicos e políticos do processo de industrialização brasileiro, suas crises, contradições e transformações não constituíam objeto relevante para Penafiel. Ao contrário, eram minimizados ou mesmo ignorados em favor de um olhar voltado essencialmente para as "qualidades

cerebraes" do operário e para técnicas que, em tese, permitiriam um controle eficaz da subjetividade do indivíduo trabalhador.

¹³ Autor do livro *Psychology and industrial efficiency*, publicado inicialmente em 1913, em Cambridge, na Inglaterra, e, logo no ano seguinte, em Leipzig, na Alemanha (SELIGMANN-SILVA, 1994: 46). Segundo Seligmann-Silva, este foi o primeiro estudo publicado a respeito dos aspectos psicológicos do trabalho e se dedicava às aplicações da psicologia para o incremento da produtividade industrial.

¹⁴ Para Marx, é na forma histórica e social do capitalismo que o "individualismo" se realiza. Mészáros enfatiza a análise do princípio do individualismo como uma manifestação determinada pela alienação do trabalho (MÉSZÁROS, 2006: 70).

¹⁵ Hartness *apud* Penafiel (1925: 17).

¹⁶ "Segundo as melhores autoridades no assunto": reparar no artifício discursivo que sobrevaloriza a eficácia e a legitimidade científica e confere ao homem "de ciência" o poder de autoridade.

¹⁷ O texto de Ernani Lopes (1925) combinava com o de Penafiel: "Nas officinas, sobretudo, importa ao industrial conseguir que reine um optimum de hygiene mental entre os operarios, porquanto d'ahi resulta melhor productividade e, pois, maiores lucros" (LOPES, 1925: 173). Orientação profissional e "selecção psychiatrica e psycho-physiologica" dos trabalhadores seriam os meios para "1º, eliminar da officina os psychopaths que constituem, em geral, factores de indisciplina; 2º, dar a cada um a justa tarefa para a qual indicam suas aptidões mentaes particulares." (LOPES, 1925: 173)

¹⁸ Criador da administração científica do trabalho. "Princípios de administração científica" foi publicado em 1911, nos Estados Unidos, e alcançou rápida e ampla difusão entre os dirigentes de empresas.

¹⁹ O texto de Ernani Lopes ajuda a esclarecer a idéia de "selecção conveniente": "em ordem a que não sómente se realize selecção profissional necessaria, como possam ser afastados a tempo os operarios debeis mentaes, e os deficientes sob o aspecto moral ou emotivo. Estes serão, sobretudo, perigosos pela capacidade de engendrarem desequilibrios nervosos collectivos" (LOPES, 1930: 258).

²⁰ Obviamente, a LBHM seria a referência de idoneidade...

²¹ O autor baseia-se, principalmente, na produção francesa de Lagrange e Grandmaison.

²² O texto de Henrique Roxo, fundador e Presidente de Honra da Liga, é bastante ilustrativo dessa "vontade": "não se trata unicamente de remover factores palpaveis geraes e sim de corrigir vicios enraizados, extirpar infecções gravissimas, depurar organismos sociaes e aperfeiçoar a raça, para que dentro della já não venha o coefferente de miopragia psychica que a torne presa facil da alienação e a condicione como degenerada" (ROXO, 1925: 1).

²³ Para Wallerstein (2001: 69), "o racismo foi um pilar cultural do capitalismo histórico. O vazio intelectual em que se move não impediu que desencadeasse terríveis crueldades". Sem racismo, não haveria eugenia e é inegável que o discurso eugênico moderno esteve sempre a serviço das forças do Capital.